CEDI**Povos Indígenas no Brasil**Fonte: O Popular (Go) Class.: 32Data: 06.09.80 Pg.: _____**Editorial****QUEM PERDERÁ
NO CONFRONTO**

Os trágicos acontecimentos da Reserva Indígena do Xingu repetiram-se numa área dos índios Gorotire, ao Sul do Pará. Num caso e noutro, os indígenas entraram em conflito com fazendeiros e acabaram matando homens, mulheres e até crianças.

É evidente que os índios, por iniciativa própria ou instigados por terceiros, assumiram o papel que a FUNAI não quer exercer, e defendem as terras que ocupam do avanço crescente que sobre elas desencadeiam fazendeiros, posseiros e corretores de imóveis. As escaramuças tendem a agravar-se, na medida em que as fronteiras agrícolas avançam, atingindo agora regiões distantes, onde os índios vinham gozando de relativo sossego.

Nas primeiras refregas, inclusive pelo fator surpresa, os índios levaram vantagem. Entretanto, a longo e até mesmo a médio prazo, os invasores das áreas indígenas têm a vitória assegurada em qualquer tipo de luta armada, pelo poder de fogo que são capazes de mobilizar. Se há alguém, mesmo indiretamente, instigando os índios, como alegam os fazendeiros, para o massacre aos invasores, esse mau conselheiro está jogando os coitados no fogo.

A solução da questão das terras indígenas não pode vir da confrontação armada, mas de providências jurídicas e administrativas. Em primeiro lugar, impõe-se emendar a Constituição Federal para estabelecer que as terras ocupadas por índios não são do domínio da União, mas de propriedade privada e comum da tribo. Como terras da União, as reservas vêm sendo paulatina e crescentemente invadidas e a única providência efetiva do Governo tem sido a de, periodicamente, fixar novos limites para as áreas indígenas, reduzindo-as, legalizando e tornando fatos consumados as invasões. A segunda providência necessária para garantir aos índios as terras onde vivem seria a demarcação das reservas, de preferência usando limites naturais, e a expedição pelo Governo dos títulos de propriedade em nome do grupo tribal, a fim de que esses documentos fossem regularmente transcritos nos cartórios de registro de imóveis.

A experiência já demonstrou que esse é o caminho certo. Em Goiás, as únicas áreas indígenas realmente preservadas de invasões, pelo menos definitivas, são a Craolândia, no município de Tupirama, e uma reserva Xavante, em Araguaína. As duas glebas estão tituladas pelo Estado de Goiás em nome das respectivas tribos e os documentos foram transcritos nos cartórios competentes.

Não adotadas essas providências, permanecerão latentes os focos de confrontação e violência. É o que acontece no momento nas reservas dos Apinagê, em Tocantinópolis, e, principalmente, dos Xerente, em Tocantínia, que o Governo demarcou, mas sem indenizar e retirar da área indígena antigos posseiros.